



**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
**2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV:**  
**3 AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

**4** Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e cinco, foi realizada a reunião ordinária do Conselho  
**5** Municipal de Saúde, iniciada às 14:20 horas pela 2ª secretária, Marta Auxiliadora com a leitura da  
**6** pauta da reunião: 1 - Informes gerais; 2 - Modelo de Vigilância Sanitária em Belo Horizonte e a  
**7** nomeação dos aprovados no concurso para fiscal sanitário, realizado em 2000; 3 - Esclarecimento  
**8** sobre a implantação das farmácias populares; 4 - Assuntos gerais. A conselheira Ivanil informou  
**9** sobre a audiência pública, realizada no dia 07/04/05, na Assembléia Legislativa em comemoração  
**10** ao Dia Mundial da Saúde e nos dias 15/05 e 31/05, acontecerão duas atividades sobre o Programa  
**11** Saúde Brasil do Ministério da Saúde. As atividades acontecerão no parque ecológico da PBH, na  
**12** Pampulha e as outras nas regionais da PBH. Pediu à mesa diretora que viabilizasse junto a SMSA a  
**13** participação do CMS/BH nestes eventos e que o Conselho se organize para participar dos mesmos.  
**14** O conselheiro honorário, Evaristo Garcia solicitou que a mesa diretora convide o Deputado  
**15** Estadual Edson Resende para fazer uma palestra para os conselheiros sobre o PRONAFE. O  
**16** funcionário da Secretaria Executiva do CMS/BH, José Osvaldo informou que dois conselheiros de  
**17** saúde do HJK estarão participando das reuniões do CMS/BH. O conselheiro Antônio Ramos disse  
**18** que é preciso que o Conselho intervenha no Hospital Hilton Rocha pois o mesmo está sendo  
**19** leiloado e a Santa Casa não tem conseguido absorver a demanda Oftalmológica e a PBH deveria  
**20** construir um centro oftalmológico no Hospital Hilton Rocha. A conselheira Maria Josefina informou  
**21** que está pedindo licença do Conselho por três meses e o CODISAP indicou Liliane que é  
**22** conselheira do Centro de Saúde Ouro Preto, para substituí-la no CMS/BH. Solicitou a mesa diretora  
**23** uma discussão sobre a questão do UNIFENAS, pois a clínica está atendendo os usuários do  
**24** SUS/BH. O conselheiro Romeu agradeceu ao Conselho pelo empenho na liberação de material de  
**25** divulgação para a plenária de comissões locais de saúde do Distrito Sanitário Norte, que aconteceu  
**26** no dia 09/04/2005. O conselheiro Valdir falou que as leis que criaram as OSCIPS foram elaborados  
**27** na época do governo Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves. Falou também sobre a redução  
**28** da dívida da UNIMED/BH com a PBH, feita pelo atual Prefeito, através de projeto de lei na Câmara  
**29** Municipal de BH e solicitou que o CMS/BH faça discussão sobre o assunto. A participante Célia  
**30** Lelis denunciou o comportamento do Vereador Sérgio Balbino em visita à UPA Nordeste, no dia  
**31** 06/04/2005, onde o mesmo desrespeitou os trabalhadores e usuários da unidade. A conselheira  
**32** Ivanil fez a leitura do documento elaborado pelos trabalhadores da UPA Nordeste sobre este tema.  
**33** O conselheiro Jadir informou sobre a falta de medicamentos nas unidades de saúde do SUS/BH. A  
**34** conselheira Alcione Diniz falou sobre o II Encontro Macro Regional da RENAST e das oficinas do  
**35** Controle Social na região Sudeste, que aconteceram nos dias 30 e 31/03/05, no Rio de Janeiro. O  
**36** conselheiro Hervécio questionou a SMSA quanto ao seu posicionamento sobre a OSCIPS, a ser  
**37** implantada no HPS Venda Nova. O conselheiro Willer Marcos informou que a SMSA participa da  
**38** comissão de acompanhamento de regulação no edital da FHEMIG de contratação da OSCIPS para  
**39** o HPS Venda Nova. A 1ª secretária do CMS/BH, Regina Lemos informou que está sendo  
**40** providenciado pela SMSA, um documento sobre a OSCIPS a ser implantada no HPS Venda Nova e  
**41** que o mesmo chegará ao Conselho nesta semana assinado pelo Secretário Municipal de Saúde. A  
**42** 2ª secretária do CMS/BH, Marta Auxiliadora informou que a presidente do CMS/BH, Fátima Regina  
**43** estará afastada das atividades do Conselho no período de 07/04 à 20/04/2005. Informou que o  
**44** SINDSAÚDE enviou ao CMS/BH, o nome de seus novos representantes, sendo Wânia Regina do  
**45** Carmo Soares – efetivo e Jadir Martins – suplente, Alcione Maria Diniz – efetivo e Paulo Roberto  
**46** Venâncio de Carvalho – suplente. Em seguida, passou para o próximo ponto de pauta que é o  
**47** modelo de Vigilância Sanitária em BH e a nomeação dos aprovados no concurso para fiscal  
**48** sanitário, realizado em 2000. Convidou para compor a mesa o presidente da AFISA – Paulo Ferraz,  
**49** o gerente da Vigilância Sanitária Municipal – Eduardo Couto e o secretário municipal de Saúde -  
**50** Helvécio Miranda. O presidente da AFISA, Paulo Ferraz informou que fez um documento mais  
**51** recente dirigido à mesa diretora, cobrando do Conselho uma resposta sobre o outro documento  
**52** encaminhado pela AFISA em Setembro/2004, onde a Associação solicitou ao Conselho um estudo,  
**53** levantamento ou investigação sobre o convênio da SMSA com o Ministério da Saúde, através da  
**54** Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, referente a aplicação de recursos financeiros



55 exclusivos para ações da Vigilância Sanitária, inclusive uma Resolução da ANVISA Nº 200, de  
56 12/07/2002. Nesta resolução a ANVISA coloca explicitamente, todos os pontos onde a SMSA  
57 poderá usar estes recursos, por exemplo: recursos humanos, treinamento, compra de material e  
58 equipamentos. Além disso a Resolução ANVISA Nº 200 prevê que estes recursos podem ser  
59 destinados para custeio de algumas ações dos fiscais, inclusive para incentivo à produtividade,  
60 auxílio de qualquer natureza e até para remuneração de pessoal. Informou ainda que foi feito um  
61 pedido ao Conselho para que fiscalizasse a aplicação dos recursos, pois a AFISA não tem acesso a  
62 aplicação destes recursos. Disse que na reunião da CTF realizada em Setembro, foram recebidos  
63 documentos referentes aos gastos da Vigilância Sanitária Municipal onde verificou-se que a SMSA  
64 fez alguns gastos que são contra a regulamentação da ANVISA. Ressaltou que os recursos  
65 financeiros da ANVISA são verbas carimbadas, que não podem ser usadas para outras atividades  
66 da SMSA. Este recurso foi utilizado para comprar a câmara de imunização para vacina,  
67 computadores para farmácias distritais e outros. Disse que em outubro/2004, houve uma auditoria  
68 do Tribunal de Contas da União que gerou o processo Nº 015.713/2004, do relator Guilherme  
69 Palmeira, sobre a aplicação dos recursos da Vigilância Sanitária de BH e pediu que o Conselho  
70 acesse esta auditoria e se posicione sobre a questão. Caso contrário, vamos levar a discussão para  
71 Câmara Municipal e Assembléia Legislativa. Defendeu que os recursos da Vigilância Sanitária  
72 sejam usados nas suas próprias ações e pediu a nomeação dos aprovados no concurso da  
73 Vigilância Sanitária. Informou que os fiscais estão fazendo vistorias, sem verba de custeio para  
74 transporte. O gerente da Vigilância Sanitária Municipal, Eduardo Camargos informou que os  
75 recursos oriundos da ANVISA estão sendo usados nas ações da Vigilância Sanitária, desde  
76 Março/2004. Disse que não tem informações sobre os gastos anteriores e que todos os pedidos  
77 solicitados por outros setores da SMSA, passam pela sua avaliação. Informou que todo serviço  
78 prestado pela Vigilância Sanitária serão informatizados. A 1ª secretária do CMS/BH, Regina Lemos  
79 disse que o ordenador de despesas é o secretário municipal de Saúde e não as gerências da  
80 SMSA, mas todas na sua área de competência são ouvidas pelo secretário. Falou um pouco sobre  
81 o atual trabalho da SMSA em relação a Vigilância Sanitária e do seu modelo de atuação em BH. O  
82 secretário geral do CMS/BH, Cléber das Dores pediu desculpas pela demora em atender a  
83 solicitação da AFISA. O secretário municipal de Saúde, Helvécio Miranda informou que os recursos  
84 financeiros da Vigilância Sanitária tem muitas verbas carimbadas e isto é tranquilo para a  
85 Secretaria, pois o relatório financeiro referente ao terceiro trimestre de 2004 foi aprovado pela CTF  
86 e as contas especiais constam nele. O relatório referente ao quarto trimestre será avaliado pela  
87 CTF. Informou que irá apresentar ao CMS/BH as informações solicitadas e os dados ficarão à  
88 disposição do Conselho para consulta. Será instalado no computador do Conselho, software do  
89 sistema orçamentário para que os conselheiros possam consultar os gastos. Disse ainda que os  
90 recursos financeiros repassados pela ANVISA não cobrem 10% dos gastos da Vigilância Sanitária  
91 em BH e explicou que a PBH/SMSA aplicou parte de seus recursos na Vigilância Sanitária. Falou  
92 que a SMSA não tem previsão para nomeação dos aprovados no concurso para fiscal sanitário,  
93 pois o governo municipal ainda não autorizou o mesmo. Explicou que algumas nomeações feitas  
94 em 2004 ocorreram devido ao novo modelo de Vigilância Sanitária Municipal. A coordenadora da  
95 CTRH, Ivanil Mendes fez a leitura do parecer da câmara técnica " A Câmara Técnica de Recursos  
96 Humanos do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, reunida no dia 6/4/2004, para  
97 discutir o tema Vigilância Sanitária Municipal, resolve encaminhar ao plenário do CMS/BH a  
98 seguinte recomendação: Que a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte disponibilize os  
99 recursos necessários para o bom funcionamento das ações da Vigilância Sanitária, inclusive a  
100 nomeação imediata dos aprovados do último concurso público realizado em 2000." Em seguida a  
101 coordenadora da CTRH, Ivanil Mendes explicou os motivos do parecer, da discussão com a AFISA  
102 e os aprovados no último concurso, realizado em 2000. Além de fazer a leitura do parecer,  
103 apresentou várias propostas da CTRH sobre a Vigilância Sanitária que serão incluídas no final das  
104 votações. O conselheiro Valdir Matos falou que o parecer da CTF não concordou com o aumento  
105 salarial para os fiscais sanitários, conforme solicitação da AFISA feita em setembro/2004, em  
106 documento protocolado no CMS/BH e analisado pela CTF. Explicou que não é função da câmara  
107 técnica dar aumento para fiscais ou outras categoria profissionais. Falaram sobre o tema os  
108 seguintes conselheiros e participantes: Willer Marcos, Brígida, Márcio, Margarete, Paulo Carvalho,



**109** Anadil Benedita, Hervécio Cruz, Ivanil , Luís Moraes, Janine Azevedo, Ismael, Evaristo Garcia,  
**110** Alcione. Em seguida, o secretário municipal de Saúde, Helvécio Miranda disse que o modelo de  
**111** Vigilância Sanitária deve ter a participação do cidadão. A SMSA irá fazer um novo código sanitário  
**112** que será debatido no Conselho e falou que BH tem plano de carreira dos fiscais sanitários.  
**113** Informou que irá informatizar o serviço da Vigilância Sanitária e será promovido um treinamento  
**114** em todas as áreas da fiscalização. Também será viabilizada uma legislação municipal para resolver  
**115** a questão do transporte de fiscais sanitários em BH. Em seguida, o presidente da AFISA, Paulo  
**116** Ferraz contestou a fala do conselheiro Valdir, dizendo que a AFISA não estava pedindo aumento  
**117** de salário, mas que estava encaminhando proposta de custeio de transporte para os fiscais,  
**118** porque parte desta verba poderá ser usada neste aspecto. Disse que não falou do desvio e sim do  
**119** uso irregular da verba carimbada da Vigilância Sanitária em 2004 e que a AFISA está pedindo são  
**120** condições de trabalho para os fiscais. Cobrou do Secretário, o Artigo 16 do Plano de Carreira, que  
**121** prevê a gratificação para os fiscais sanitários, que até hoje a PBH não cumpriu. Discordou da  
**122** Secretaria no que refere ao uso dos recursos da Vigilância Sanitária para a câmara de vacinação e  
**123** compra de computadores para os distritos sanitários. Citou a Resolução 200, de 12/07/2002, da  
**124** ANVISA, que fala que os recursos financeiros são para uso exclusivo das ações de Vigilância  
**125** Sanitária de média e alta complexidade. O gerente da Vigilância Sanitária Municipal, Eduardo  
**126** Couto achou interessante trazer para a população de BH informações sobre as ações da Vigilância  
**127** Sanitária e que foram feitos novos parâmetros para a mesma. Em seguida, o secretário geral do  
**128** CMS/BH, Cléber das Dores colocou em votação as seguintes propostas: 1 - Que o Conselho  
**129** Municipal de Saúde de Belo Horizonte solicite à PBH a nomeação imediata dos aprovados no  
**130** concurso público para fiscais sanitários, realizado no ano de 2000; 2 - Que o Conselho Municipal  
**131** de Saúde de Belo Horizonte solicite cópia da auditoria do Tribunal de Contas da União – Seção –  
**132** Minas Gerais, que verificou a aplicação de recursos do convênio entre a Vigilância Sanitária  
**133** Municipal/SMSA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde – Processo:  
**134** 015.713/2004 do relator Ministro Guilherme Palmeira; 3 - Que o Conselho Municipal de Saúde de  
**135** Belo Horizonte solicite a Secretaria Municipal de Saúde a prestação de contas dos recursos  
**136** destinados as ações de Vigilância Sanitária no ano de 2004, até a presente data, para que o  
**137** Conselho Municipal de Saúde realize um estudo sobre estes recursos; 4 - Que a Secretaria  
**138** Municipal de Saúde de Belo Horizonte apresente de forma didática ao Conselho Municipal de  
**139** Saúde a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício financeiro de 2006;  
**140** 5 - Divulgação ampla dos serviços de Vigilância Sanitária à população de Belo Horizonte, através  
**141** de uma cartilha elaborada pela SMSA com a participação do CMS/BH; 6 - Que o Conselho  
**142** Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizem um seminário  
**143** sobre o modelo de Vigilância Sanitária, ampliando para Vigilância em Saúde e abordando como  
**144** uma das pautas Assédio e Ética; 7 - Que a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte envie  
**145** ao Conselho Municipal de Saúde os novos parâmetros da Vigilância Sanitária Municipal; 8 - Que a  
**146** Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte efetue a prestação de contas dos verbas  
**147** carimbadas da Vigilância Sanitária ao Conselho Municipal de Saúde; 9 - Que os recursos  
**148** financeiros federais, destinados às ações da Vigilância Sanitária Municipal sejam utilizados pelos  
**149** fiscais sanitários para custeio de transportes na realização de suas atividades rotineiras de  
**150** vistorias; 10 - Que o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte solicite à Secretaria Municipal  
**151** de Saúde, uma prestação de contas dos serviços prestados pela Vigilância Sanitária, como número  
**152** de estabelecimentos visitados, cadastrados e a periodicidade dessas visitas; 11 - Que o Conselho  
**153** Municipal de Saúde de Belo Horizonte solicite à Secretaria Municipal de Saúde informações sobre  
**154** as ações em saúde do trabalhador da Vigilância Sanitária Municipal. As propostas foram aprovadas  
**155** com dezoito votos a favor e um voto contrário. Em seguida, a 2ª secretária do CMS/BH, Marta  
**156** Auxiliadora passou para o terceiro ponto de pauta que são os esclarecimentos sobre a implantação  
**157** das farmácias populares e informou que no Diário Oficial do Município, Ano XI de Nº 2336, de  
**158** 07/04/2005, foi publicado que a Prefeitura irá implantar farmácias populares em Belo Horizonte e  
**159** por este motivo, colocamos este assunto na pauta para que possamos discuti-lo. O secretário  
**160** municipal de Saúde, Helvécio Miranda informou que o programa de farmácias populares foi uma  
**161** das propostas de campanha do atual presidente da república, que depois de eleito e empossado  
**162** determinou ao Ministro da Saúde que colocasse em prática a proposta e desde o início este



**163** assunto tem causado muita polêmica no âmbito do Ministério da Saúde. Existem algumas  
**164** experiências brasileiras, especialmente em Pernambuco, há quase trinta anos, mas as farmácias  
**165** são vinculadas ao laboratório público do governo. Este programa acabou saindo da Secretaria de  
**166** Ciência Tecnologia e foi para o gabinete do Ministro, onde deu-se início a sua implementação.  
**167** Existem hoje, trinta e uma farmácias populares no Brasil e a proposta é ampliá-las para cento e  
**168** trinta e duas farmácias até 2005. A compra dos medicamentos são centralizadas na FIOCRUZ/MS,  
**169** mas o governo faz parcerias com as prefeituras ou entidades sindicais, filantrópicas e religiosas. O  
**170** Ministério repassa cinquenta mil reais para implantação de cada farmácia e dez mil reais por mês,  
**171** para manutenção. Os demais custos serão de responsabilidade do parceiro. São noventa e um  
**172** itens de medicamentos que serão revendidos à população, dentro de uma tabela determinada pela  
**173** FIOCRUZ, abaixo do custo, basicamente a preço de compra, com um pequeno adicional. Existem  
**174** recursos aprovados no Ministério da Saúde, de aproximadamente trezentos milhões de reais para  
**175** o ano de 2005. Este programa está na rubrica do Ministério da Saúde e houve polêmica na  
**176** Câmara dos Deputados Federais, no âmbito do SUS, o Ministério da Saúde poderia vender ou não  
**177** medicamento à população, mesmo que seja a preço de custo. Este programa foi aprovado no  
**178** Congresso Nacional e deliberou que o Ministério da Saúde poderia implantar as farmácias  
**179** populares. A proposta do Ministério da Saúde é implantar estas farmácias inicialmente nas grandes  
**180** cidades. Aqui em BH, em relação a assistência farmacêutica, apesar de todas as nossas  
**181** dificuldades, a SMSA não considerava adequado implantar as farmácias populares no âmbito do  
**182** SUS, utilizando recursos da Secretaria neste projeto. Esta decisão é do governo municipal,  
**183** aprovada no Conselho Nacional de Saúde e deveria ficar alocado na SCOMPS, apesar de concordar  
**184** com o programa governo Lula, como uma política do campo social. Informou que um técnico da  
**185** SCOMPS viria a esta reunião para explicar o programa, mas por problemas de saúde ele não pode  
**186** comparecer. A idéia é implantar o programa nos shopping populares e nas grandes regiões de  
**187** Belo Horizonte, como Barreiro, Venda Nova e Centro-Sul. A prefeitura seria parceira e entraria com  
**188** recursos oriundos da SCOMPS e este projeto seria uma experiência. Disse também que tentou  
**189** colocar outros medicamentos na lista básica do Ministério. O conselheiro nacional de saúde, Eni  
**190** informou que a Resolução do CNS Nº338, de 06/05/2004, reafirma a política nacional de  
**191** assistência farmacêutica, mas o Conselho Nacional aprovou a implantação das farmácias populares  
**192** no Brasil com apenas um voto de abstenção, sendo este seu voto. Disse que uma coisa é a política  
**193** nacional de assistência farmacêutica, outra são as farmácias populares, que no caso, o recurso  
**194** financeiro não sai do orçamento da saúde. O principal objetivo é atender a população dos planos  
**195** de saúde privados, no total de trinta e dois milhões de brasileiros. Falou que este projeto vem  
**196** complementar a política de assistência farmacêutica do SUS. Pediu para que o Conselho esteja  
**197** atento, observando se o recurso vai sair do fundo. Falaram sobre o assunto: Rosalina, Márcio,  
**198** Cida, Salete, Willer Marcos, Rosângela Ribeiro, Anadil, Cléber, Marta, Janine, Terezinha Salete,  
**199** Terezinha Rocha, Jadir, José Osvaldo, Wagner, Antônio Ramos, Coraci, Paulo Carvalho, Romeu,  
**200** Alcides. Todas as falas foram contrárias a implantação das farmácias populares, exceto a  
**201** conselheira Terezinha Salete e secretário municipal de saúde. Durante as falas foram apresentadas  
**202** as propostas: 1 – Que o Conselho se posicione contrário a implantação das farmácias populares  
**203** em BH; 2 – Que o Conselho amplie o debate sobre o tema, convidando o Ministério da Saúde, o  
**204** Ministério Público, a SCOMPS e o Conselho de Assistência Social; 3 – Que os recursos financeiros  
**205** federais e municipais destinados às farmácias populares sejam alocados ao SUS/BH, com objetivo  
**206** de ampliar a cesta básica de medicamentos do SUS para atendimento a população; 4 – Que o  
**207** CMS/BH sugira ao CNS e ao Ministério da Saúde discutir a possibilidade de romper com as leis de  
**208** patentes na área farmacêutica; 5 – Que o CMS/BH crie uma comissão para acompanhar nas  
**209** unidades de saúde do SUS/BH a falta de medicamentos; 6 – Que o CMS/BH acione o Ministério  
**210** Público/Promotoria de Defesa da Saúde para investigar a implantação das farmácias populares no  
**211** município de BH pela Prefeitura. Em seguida, a 2ª secretária do CMS/BH, Marta Auxiliadora  
**212** colocou em votação as propostas, sendo que as propostas 1 e 2, por serem divergentes, foram  
**213** colocadas em votação, sendo que a proposta 1 obteve doze votos e a proposta 2 obteve quatro  
**214** votos, com uma abstenção, com declaração de voto do conselheiro Helvécio Miranda, que se  
**215** absteve porque em BH o programa das farmácias populares não utilizará os recursos do SUS/FMS  
**216** e será repassado para outra secretaria. Isso não será objeto de planejamento, de prestação de



**217** contas da SMSA ao Conselho e em nada irá interferir na redefinição dos volumes financeiros do  
**218** programa de assistência farmacêutica municipal, que será apresentado brevemente ao Conselho.  
**219** Em seguida, a 2ª secretária do CMS/BH, Marta Auxiliadora colocou em votação a proposta 5. A  
**220** mesma obteve nove votos a favor, quatro votos contrários e sete abstenções, com uma  
**221** declaração de voto feito pela conselheira Rosalina. As propostas 3, 4 e 6 foram aprovadas por  
**222** unanimidade, ficando aprovado pelo plenário as seguintes propostas sobre a implantação das  
**223** farmácias populares em BH: 1 - O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte desaprovou a  
**224** proposta da PBH de implantação o Programa de Farmácias Populares em Belo Horizonte -  
**225** (Programa do Governo Federal); 2 - O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte aprovou  
**226** que os recursos financeiros federais e municipais destinados as farmácias populares sejam  
**227** alocados ao SUS/BH, com o objetivo de ampliar a cesta básica de medicamentos do SUS/BH para  
**228** atendimento à população; 3 - O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte sugere que o  
**229** Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde discutam a possibilidade de romper com a Lei  
**230** de Patentes na área farmacêutica; 4 - O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte aprovou a  
**231** formação de uma comissão para acompanhar nas unidades de saúde do SUS/BH, a falta de  
**232** medicamentos e montar um processo para encaminhar o Ministério Público; 5- O CMS/BH deverá  
**233** acionar o Ministério Público/Promotoria de Defesa da Saúde para investigar a implantação das  
**234** farmácia populares no município de Belo Horizonte pela PBH. A 2ª secretária do CMS/BH, Marta  
**235** Auxiliadora passou para o próximo ponto de pauta, que são os informes gerais, convidou os  
**236** conselheiros presentes para reunião do CES, dia 15/04, às 14 horas, no prédio da SES, que terá  
**237** uma pauta a implantação do OSCIPS no HPS Venda Nova. Foi retirado um representante do  
**238** CMS/BH para participar do 1º Seminário Estadual de Cidadania e Gerenciamento de Resíduos de  
**239** Serviços de Saúde, nos dias 25 à 27/04/2005, no auditório da Associação Médica. O conselheiro  
**240** escolhido foi Romeu Pires. Também foi tirado uma comissão para organizar a Conferência  
**241** Municipal de Saúde do Trabalhador composta pelos conselheiros: Ivanil Mendes, Paulo Carvalho,  
**242** Jadir Martins, Willer Marcos, Rosângela Simões, Rosângela Ribeiro, Alcione Maria, Valdir Matos,  
**243** Maria da Glória e Rita. Estiveram presentes: Alcione Maria Diniz, Cléber das Dores de Jesus,  
**244** Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Humberto Castro Sampaio, Ivanil Mendes Martins, João  
**245** Pimenta Freire Filho, Luís Moraes Resende, Manoel de Lima, Maria Amélia Souza Costa, Maria  
**246** Nazária Souza Arruda, Marta Auxiliadora Ferreira Reis, Osvaldo Fortini Levindo Coelho, Rady Eddy  
**247** Gilgliolis Silva, Regina Helena Lemos P. Silva, Leonardo Costa Barbosa, Paulo Roberto Venâncio de  
**248** Carvalho, Janine Azevedo Machado, Rosângela de Fátima Rocha Ribeiro, Wagner Francisco A.  
**249** Pereira, Hervécio Cruz, Maria Madalena S. Souza, Antônio Gomes Ramos, José Carlos Láss  
**250** Caldeira, José Laerte de Castro, Alcides Pereira Souza, Maria Terezinha Souza Assis, Maria Josefina  
**251** Rodrigues Coelho, Altamiro Alves da Silva, Romeu Pires Araújo, Rosalina Francisca Fernandes,  
**252** Rosângela Simões Silva, Terezinha Salete Braga Silva, Valdir Matos de Lima, Wânia Regina do  
**253** Carmo Soares, Willer Marcos Ferreira, Ivani Fernandes Mello, Wilson Alves de Resende, Jadir  
**254** Martins, Rosemary Baêta. Justificaram: Fátima Regina Fonseca Lima, Roberto dos Santos, Sandra  
**255** Maria dos Santos, Mônica Silva Monteiro de Castro. Às 19 horas, nada mais havendo a tratar, foi  
**256** encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada  
**257** pelo secretário geral e pela 2ª secretária do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 14 de  
**258** abril de 2005. JOM/vlda